



Plano de Formação

2026/2027

ÍNDICE

Nota Introdutória.....	3
Enquadramento Legal.....	4
Contexto Ecológico do Agrupamento.....	5
Breve caracterização.....	5
Missão.....	5
Visão	5
Objetivos e Finalidade do Plano de Formação.....	7
Diagnóstico e Planeamento da Formação	8
Levantamento das necessidades de formação	8
Áreas de Formação – Levantamento de Necessidades.....	9
Necessidades de formação do pessoal docente	9
Necessidades de formação do pessoal não docente.....	10
Prioridades de formação e seus destinatários	11
Designação e Modalidade das Ações	11
Ações de formação/ sensibilização para docentes e/ou não docentes (programadas pelo GAAF).....	11
Ações de formação/sensibilização para pais/encarregados de educação (programadas pelo GAAF).....	12
Ações de formação para pessoal docente (disponibilizadas pelo CFAECDL)	12
Recursos Humanos a mobilizar	14
Metodologias e instrumentos de avaliação da Formação	15

NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Formação, elaborado em conformidade com a legislação em vigor, constitui o instrumento de planeamento das ações de formação a dinamizar pelo Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa (AESCT). A sua execução decorre em articulação com o Centro de Formação de Associação de Escolas Castro Daire/Lafões (CFAE CDL) e/ou com outras entidades parceiras, tendo em conta as necessidades individuais do pessoal docente e não docente, bem como as prioridades definidas no Projeto Educativo (PE) do Agrupamento.

É neste enquadramento que surge o Plano de Formação para o biénio 2026/2028, concebido como uma estratégia de promoção do desenvolvimento pessoal e social do pessoal docente e não docente (PND). O documento responde às necessidades de desenvolvimento organizacional e contempla igualmente dimensões de carácter científico e didático, assegurando o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas na legislação e nos documentos orientadores do Agrupamento, em particular no Projeto Educativo.

A elaboração do Plano de Formação do AESCT partiu da análise do contexto social e educativo do Agrupamento e das necessidades identificadas pela Comunidade Educativa, incluindo os Órgãos de Direção e Gestão, os docentes, os técnicos especializados, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais. Trata-se, assim, de uma responsabilidade partilhada por todos os intervenientes no processo educativo, numa lógica de aprofundamento de conhecimentos e de melhoria contínua de competências e práticas.

No caso específico do AESCT, a definição da oferta formativa exige uma articulação estreita com o Centro de Formação de Associação de Escolas Castro Daire/Lafões (CFAE CDL), enquanto entidade agregadora e dinamizadora de recursos formativos.

ENQUADRAMENTO LEGAL

De modo a responder às necessidades de formação decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º41/2011, de 21 de fevereiro (Estatuto da Carreira Docente), no que respeita à Formação Contínua de Professores, complementado pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, relativo à Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente, bem como do disposto nos Decretos-Lei n.º 22/2014 e n.º 127/2015, apresenta-se o Plano de Formação do Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa (AESCT), a implementar no biénio 2026/2028, em estreita colaboração com o Centro de Formação de Associação de Escolas de Castro Daire/Lafões (CFAE CDL).

O Estatuto da Carreira Docente, no seu artigo 10.º, estabelece a obrigatoriedade de atualização e de aperfeiçoamento de conhecimentos, capacidades e competências, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida, de desenvolvimento pessoal e profissional e de melhoria do desempenho (art.º 10.º do ECD, Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro). Acresce que, segundo o artigo 15.º, n.º 1, “a formação contínua destina-se a assegurar a atualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à atividade profissional do pessoal docente, visando ainda objetivos de desenvolvimento na carreira e de mobilidade”, sendo ainda referido, no n.º 2, que “a formação contínua deve ser planeada de forma a promover o desenvolvimento das competências profissionais do docente”.

Relativamente ao pessoal não docente, o Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de julho, estipula no seu artigo 30.º que “a formação do pessoal não docente prossegue os objetivos estabelecidos no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 50/98, de 11 de março, e ainda:

- a) A melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar;
- b) A aquisição de capacidades e competências que favoreçam a construção da autonomia das escolas e agrupamentos de escolas, bem como dos respetivos projetos educativos;
- c) A valorização e progressão na carreira dos funcionários, promovendo a sua realização profissional e pessoal”.

CONTEXTO ECOLÓGICO DO AGRUPAMENTO

Breve caracterização

O Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa (AESCT) abrange a zona oeste do concelho de São Pedro do Sul, incluindo a União de Freguesias de Carvalhais e Candal, as freguesias de Serrazes, Valadares e Manhouce, bem como a União de Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões.

A sua sede localiza-se na vila de Santa Cruz da Trapa, a cerca de 10 km da sede do concelho, São Pedro do Sul, no distrito de Viseu. A rede educativa do Agrupamento integra quatro Jardins de Infância, uma Escola Básica do 1.º Ciclo, um Polo Pedagógico (com 1.º Ciclo e Jardim de Infância) e a Escola Básica Integrada, que oferece os três ciclos do ensino básico.

As características naturais, associadas ao relevo montanhoso — especialmente visível na zona norte do concelho — condicionam fortemente a realidade física e humana de São Pedro do Sul. Trata-se de um território de predominância rural, marcado por um elevado índice de envelhecimento populacional, com uma percentagem significativa de população desempregada ou inativa. A maioria das famílias apresenta baixos níveis de escolaridade, rendimentos reduzidos ou medianos, prevalecendo uma agricultura de subsistência, a que se juntam setores secundário e terciário ainda pouco expressivos.

Do ponto de vista demográfico, verifica-se um declínio populacional lento mas contínuo, refletindo-se numa redução progressiva do número de alunos em todo o concelho, o que tem conduzido ao encerramento de alguns jardins de infância e escolas do 1.º Ciclo. Os principais desafios enfrentados pelas escolas do Agrupamento relacionam-se com o nível socioeconómico dos agregados familiares e com o isolamento que afeta alunos, famílias e estabelecimentos de ensino.

Importa ainda salientar que, nos últimos anos, tem vindo a registar-se um aumento do fluxo migratório, sobretudo de cidadãos oriundos do Brasil e do Nepal, que têm respondido às necessidades de mão-de-obra não especializada nas unidades industriais da região.

Missão

O AESCT assume como missão prioritária, no âmbito da sua natureza de escola pública e do espírito de serviço que lhe está associado, a promoção de um ensino de qualidade orientado para a formação integral de cidadãos responsáveis e empreendedores. Neste compromisso, que assenta na criação de um ambiente favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, o Agrupamento procura dotar os alunos de

literacias fundamentais que sustentem a aprendizagem ao longo da vida, preparando-os para uma integração plena, consciente e responsável numa sociedade complexa e em permanente transformação.

Visão

O Agrupamento ambiciona afirmar-se como uma instituição de referência e de excelência acessível a todos. Pretende aliar a qualidade da ação educativa ao humanismo da sua intervenção, orientando-se para o desenvolvimento integral e equilibrado dos alunos, enquanto indivíduos conscientes da relevância do seu papel na sociedade que os envolve. Para alcançar este propósito, é essencial manter o investimento na formação, na aprendizagem e na educação, sustentadas em princípios pedagógicos, científicos e éticos. Desta forma, procura-se dotar os alunos de competências que lhes permitam integrar-se na sociedade como agentes criativos, inovadores, empreendedores e eticamente responsáveis, no exercício pleno da sua liberdade individual e coletiva.

OBJETIVOS E FINALIDADE DO PLANO DE FORMAÇÃO

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho — em particular os seus princípios orientadores — e a concretização do PE, o presente Plano de Formação pretende dar continuidade ao desígnio de melhoria contínua da Escola. Nesse sentido, privilegia-se o desenvolvimento de competências e a capacitação dos profissionais, em alinhamento com as competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, bem como a operacionalização da legislação relativa à Educação Inclusiva e da Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola.

Este Plano de Formação decorre da identificação de necessidades e de aspetos a melhorar constantes do PE, designadamente no que se refere à promoção do desenvolvimento das competências profissionais dos agentes educativos. Para tal, aposta-se na abertura à inovação, na valorização de práticas reflexivas e no incentivo ao trabalho colaborativo.

Neste enquadramento, e em articulação com os objetivos do Projeto Educativo, o Plano de Formação propõe-se:

- Diagnosticar as necessidades de formação do pessoal docente, técnicos especializados e restante pessoal não docente do Agrupamento;
- Responder às necessidades atuais da Escola, nomeadamente com a implementação do Decreto-Lei n.º 55/2018 e do Decreto-Lei n.º 54/2018;
- Dar resposta às necessidades de especialização e permanente atualização profissional dos recursos humanos, na perspetiva de aumentar a eficácia, eficiência e qualidade dos serviços e de melhorar o desempenho desses recursos;
- Promover a autoformação, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida;
- Contribuir para o aperfeiçoamento do desempenho profissional do pessoal docente e não docente, permitindo o aprofundamento de conhecimentos e competências nas diversas áreas do saber;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Agrupamento;
- Promover o sucesso educativo e a qualidade das experiências de ensino e das aprendizagens;
- Reforçar a partilha de conhecimentos e capacidades orientada para o desenvolvimento profissional dos docentes;
- Proporcionar aos diversos elementos da comunidade educativa uma oferta diversificada de ações de formação/sensibilização devidamente enquadradas no plano de formação do AESCT e ajustadas às necessidades diagnosticadas;
- Programar parcerias que possibilitem a promoção da formação do pessoal docente e não docente;
- Valorizar a Escola enquanto local de trabalho e de formação/investigação.

DIAGNÓSTICO E PLANEAMENTO DA FORMAÇÃO

Levantamento das necessidades de formação

Na elaboração do Plano de Formação procurou-se atender às necessidades manifestadas pelos diferentes agentes educativos. Para além da informação recolhida ao longo do ano, em reuniões de Conselhos de Turma, Departamentos e Coordenadores de diversas estruturas, foi aplicado um questionário de levantamento de necessidades formativas dirigido ao pessoal docente e não docente — distinguindo as categorias de Assistente Técnico, Assistente Operacional e Técnico Especializado. Posteriormente, desenvolveu-se uma articulação estreita com os Coordenadores de Departamento e com a Direção.

Com o intuito de alcançar uma visão global das necessidades de formação, promoveu-se em cada departamento um momento de reflexão destinado a identificar pontos de convergência, bem como a recolher propostas de trabalho, objetivos a atingir e um levantamento mais abrangente de necessidades formativas.

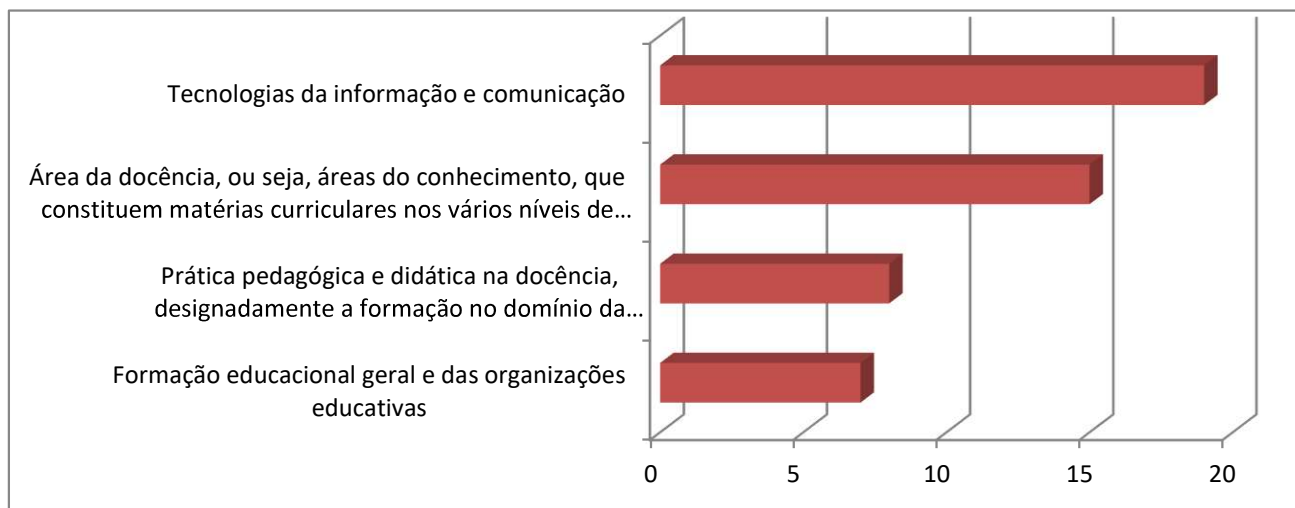
Neste contexto, foram definidos os seguintes procedimentos:

- Auscultação aos docentes, através de formulário do Google Forms, sobre a identificação das suas necessidades de formação, em resultado das falhas/dificuldades detetadas;
- As necessidades identificadas foram trabalhadas ao nível de cada departamento curricular, no sentido de encontrar pontos de convergência que permitissem agrupar possibilidades de formação;
- Auscultação dos responsáveis das estruturas intermédias (coordenadores de departamento e outros) sobre as necessidades de formação identificadas nos respetivos departamentos;
- Identificação das necessidades de formação, em termos gerais, em resultado da análise dos pontos fortes e áreas de melhoria integrantes do PE, bem como das opções estratégicas da liderança.

Relativamente ao pessoal não docente, procedeu-se igualmente a uma auscultação geral, que permitiu identificar áreas comuns de formação a desenvolver. Esta definição teve em consideração as dificuldades manifestadas no exercício das funções, bem como a perspetiva da Direção do Agrupamento relativamente às necessidades de melhoria, valorizando sempre os recursos formativos endógenos disponíveis.

ÁREAS DE FORMAÇÃO - LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES

A partir do levantamento das necessidades manifestadas pelo pessoal docente do Agrupamento, foram identificadas as áreas de formação consideradas prioritárias para o desenvolvimento profissional nos próximos anos:



Necessidades de formação do pessoal docente

Áreas prioritárias	Temática das Ações
Tecnologias da informação e comunicação	Novas tecnologias educativas aplicadas à didática específica
	Literacia digital e segurança na web
	Ensino e aprendizagem com TIC em sala de aula
	Competências digitais para professores
	O potencial da IA na educação: estratégias para melhorar o processo de ensino aprendizagem.
	Ferramentas Digitais para educadores de infância
	Cidadania digital
Área da docência (áreas do conhecimento que constituem matérias curriculares nos vários níveis de ensino)	Didática específica disciplinar
	Novos conteúdos e atualização de conhecimentos disciplinares
	Diferentes abordagens programáticas
	Aprendizagens essenciais
	Escrita criativa
	O ensino de PLNM
	Educação pela arte
	Didática específica disciplinar - Inglês;
	Programas específicos para a matemática
	Trabalho de campo no ensino de Ciências
	Desenvolvimento curricular em Artes

	A linguagem musical como forma de expressão na infância.
	Segurança nos laboratórios escolares.
	Literacia financeira
	Interculturalidade e diversidade linguística.
Prática pedagógica e didática na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula	Educação especial em contexto escolar
	Inclusão, Equidade e Educação Especial
	Estratégias de aprendizagem
	Avaliação das aprendizagens
	Disciplina e indisciplina em sala de aula
	Flexibilização Curricular
Formação educacional geral e das organizações educativas	Supervisão pedagógica
	Gestão de projetos educativos
	Gestão de conflitos na escola
	Gestão e direção de turmas
	Orientação para a mudança e inovação
	Suporte Básico de Vida
	Movimento da Escola Moderna (MEM)
	Educação e formação de adultos

Necessidades de formação do pessoal não docente

Áreas prioritárias	Temática das Ações
Higiene e segurança em contexto escolar	Formação em primeiros socorros pediátricos
	Necessidades educativas especiais: dificuldades de aprendizagem e estratégias de intervenção
Desenvolvimento Pessoal e Social (promoção de saúde e qualidade de vida/ <i>Coaching</i> / Relacionamento interpessoal/ inteligência emocional)	Gestão de conflitos/ Indisciplina/ <i>Bullying</i> / Dinamização de recreios
	Estratégias para promover a autoestima e o bem-estar dos alunos
	Identificação de sinais de alerta e apoio a problemas de desenvolvimento
	Técnicas de comunicação eficaz com alunos, professores e outros profissionais
	Educação inclusiva e necessidades educativas especiais
	Competências socioemocionais
	Saúde mental em meio laboral
Capacitação na área específica de trabalho	Análise de certificados, modalidades de encaminhamento que constam no SIGO (processo RVCC)
	Competências digitais
	Atendimento ao público
	Legislação laboral
Competências digitais (informática)	Competências digitais

Prioridades de formação e seus destinatários

A formação será estruturada de acordo com as áreas prioritárias, as necessidades identificadas e a organização interna, podendo assumir diferentes formatos: oficinas, cursos ou círculos de estudo (no caso de formações mais extensas, com duração mínima de doze horas) e ações de curta duração (com duração máxima de seis horas).

Sempre que possível, serão envidados esforços para que as formações destinadas ao pessoal docente sejam acreditadas pelo CCPFC. Estas poderão ser realizadas no próprio Agrupamento ou em colaboração com o Centro de Formação, outras escolas ou instituições, de modo a otimizar os recursos disponíveis, tanto internos como externos.

Os docentes e o pessoal não docente poderão igualmente participar em ações promovidas por outras escolas, nomeadamente pelas associadas do CFAECDL, conforme as suas necessidades e a oferta formativa existente na região.

Importa salientar que a transferência de competências na área da educação para os municípios implicou que a contratação, a gestão de carreiras e a formação do pessoal não docente passassem para a esfera municipal (Decreto-Lei n.º 21/2019). Este novo enquadramento criou um contexto específico que amplia as possibilidades de formação para o pessoal não docente, permitindo a sua participação em ações promovidas tanto pelo CFAECDL como pela Câmara Municipal de São Pedro do Sul.

Com base nas orientações definidas no Projeto Educativo (PE) e no Plano de Ação TEIP, e considerando as necessidades diagnosticadas e priorizadas no Agrupamento, bem como a mobilização dos recursos humanos disponíveis, foi elaborada a seguinte calendarização das ações a desenvolver:

DESIGNAÇÃO E MODALIDADE DAS AÇÕES

Ações de formação/ sensibilização para docentes e/ou não docentes (programadas pelo GAAF)

Nome da ação	Calendarização e duração	Público alvo	Intervenientes (organizador - GAAF/dinamizador/parceria/proveniência)
Ação - <i>online</i> - do projeto "Falas em Rede", na área da comunicação e/ou fala e/ou linguagem	de março a junho de 2026 (1h30m)	Docentes (limite de 15 inscrições)	GAAF/um(a) terapeuta da fala da rede de AE envolvidos no projeto
Ação sobre Saúde Mental	18 de fevereiro de 2026 (3h00m)	Não docentes	GAAF/Equipa Comunitária de Saúde Mental Dão-Lafões (entidade parceira)
Ação em temática a definir	2027	Docentes e/ou não docentes	GAAF

Ações de formação/sensibilização para pais/encarregados de educação (programadas pelo GAAF)

Nome da ação	Calendarização e duração	Público alvo	Intervenientes (organizador - GAAF/dinamizador/parceria/proveniência)
“Gritos e Apitos: como ser Pai e Mãe”	13 de janeiro e 2026 (1h30m)	Pais/EE (limite de 25 inscrições)	GAAF/psicóloga clínica do Instituto de Apoio à Criança (entidade parceira)
Ação de sensibilização sobre linguagem/comunicação	25 de fevereiro de 2026 1h00 (online)	Pais/EE das crianças finalistas da EPE	GAAF (terapeuta da fala, Rita Campos)
Tertúlia dialógica sobre parentalidade	23 a 28 de abril de 2026 (Festa da Primavera) 1h00 (online)	Pais/EE das crianças finalistas da EPE	GAAF (terapeuta da fala, Rita Campos, e psicóloga, Susana Oliveira) e projeto Includ-ed (docente Alexandra Bica)
Dia da Família	15 de maio de 2026	Pais/EE	GAAF/CLDS 5G de S. Pedro do Sul (entidade parceira)
Ação de sensibilização sobre transição (EPE - 1.º Ciclo)	20 de maio de 2026 1h00 (online)	Pais/EE das crianças finalistas da EPE	GAAF (psicóloga Susana Oliveira)
Ação de sensibilização sobre ofertas formativas	maio a junho de 2026	Pais/EE dos alunos do 9.º ano	GAAF (psicóloga Susana Oliveira)
Ação em temática a definir I	setembro a dezembro de 2026	Pais/EE	GAAF
Ação em temática a definir II	janeiro a março de 2027	Pais/EE	GAAF
Ação em temática a definir III	abril a junho de 2027	Pais/EE	GAAF

Ações de formação para pessoal docente (disponibilizadas pelo CFAECDL)

Temática a abordar	Modalidade	Duração	Destinatários/grupo	Calendarização	Local	Entidade Formadora
Atualização e aprofundamento científico-didático no ensino de Português língua não materna (PLNM)	Oficina	50 horas	Grupos 200, 210, 220 e 300	Janeiro a Maio 2026	b-learning a definir	CFAECDL
Atualização e aprofundamento científico-didático no ensino de Português	Curso	25 horas	Grupos 300, 310 e 320	Janeiro a Maio 2026	b-learning a definir	CFAECDL

Atualização e aprofundamento científico-didático no ensino de História	Curso	25 horas	Grupo 400	Janeiro a Maio 2026	b-learning a definir	CFAECDL
Atualização e aprofundamento científico-didático no ensino de Português (2ºciclo)	Curso	25 horas	Grupos 200, 210, 220 e 300	Janeiro a Maio 2026	b-learning a definir	CFAECDL
DAC – Espaço de aprendizagem ativa	Oficina	30 horas	Professores do E. Básico e Secundário e Ed. Especial	Janeiro a Maio 2026	b-learning Castro Daire	CFAECDL
Inovação Pedagógica em TIC – Desafios e soluções contemporâneas	Curso	25 horas	Grupo 550	Janeiro a Maio 2026	b-learning a definir	CFAECDL
Atualização e aprofundamento científico-didático no ensino de Ed. Física: a coadjuvação no 1ºCEB, uma parceria para o sucesso	Oficina	50 horas	Grupos 110 e 260	Janeiro a Junho 2026	b-learning a definir	CFAECDL
Atualização e aprofundamento científico-didático no ensino de Português – 1ºCEB	Curso	25 horas	Professores do 1ºciclo	Janeiro a Maio 2026	b-learning a definir	CFAECDL
...						

RECURSOS HUMANOS A MOBILIZAR

O AESCT tem os seguintes docentes detentores de acreditação pelo CCPFC, que integram a bolsa de formadores internos, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro:

Nome	Grupo Recrutamento	Registo de Acreditação	Áreas
Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues	100	CCPFC/RFO-29558/11	B02 – Avaliação B18 – Pedagogia do Desenvolvimento Social Infanto Juvenil C03 – Conceção e Organização de Projetos Educativos C04 – Didática Geral
António Carlos Rodrigues Gomes	110	CCPFC/RFO-26929/10	C05 - Didáticas Específicas (Língua Portuguesa - 1.º Ciclo)
Maria de Fátima Cerqueira Gomes	110	CCPFC/RFO-32749/13	C04 - Didática Geral
Maria de Lurdes Carvalho Figueiredo Silva	910	CCPFC/RFO-37517/16	B06 - Educação Especial C19 - Organização de Bibliotecas Escolares
Ana Rita Coimbra Pina Campos	PTE	CCPFC/RFO-34628/14	D12 - Práticas de Educação para a Saúde (Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem) D12 - Práticas de Educação para a Saúde (Terapia da Fala)
Susana Maria Remédios Oliveira	PTE	CCPFC/RFO-34024/13	B10 - Orientação Vocacional C09 - Práticas de Aconselhamento e Orientação C13 - Sensibilização à Educação Especial C21 - Prevenção da Toxicodependência; D11 - Educação para a Saúde.

METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO

A avaliação do Plano de Formação tem como objetivo analisar o impacto das ações formativas na melhoria do desempenho, tanto individual dos participantes como global do AESCT.

Esta avaliação será realizada anualmente, recorrendo a fichas de avaliação e a questionários. Com base nos resultados obtidos e no grau de satisfação dos formandos, poderão ser introduzidos ajustes ou alterações que assegurem o cumprimento dos objetivos definidos.

No final de cada ano letivo, e de forma a garantir a consecução dos propósitos estabelecidos, será efetuada uma revisão global das formações realizadas. Nessa análise, serão comparados os dados iniciais e finais, bem como as problemáticas identificadas, recorrendo, entre outros, aos seguintes instrumentos:

1. Inquérito individual de avaliação da satisfação aplicado a todos os participantes;
2. Registo da quantidade de ações de formação promovidas pelo AESCT e pelo Centro de Formação, bem como das respetivas taxas de participação;
3. Relatórios elaborados pelos responsáveis de cada formação, contendo informação sobre o desenvolvimento das ações (número de participantes, contributos, estratégias de avaliação, entre outros aspetos relevantes).

Santa Cruz da Trapa, 28 de janeiro de 2026

O Presidente da CAP,

ANTÓNIO CARLOS
RODRIGUES GOMES

Assinado de forma digital por
ANTÓNIO CARLOS
RODRIGUES GOMES
Dados: 2026.01.26 11:10:05 Z
